

# Vulnerabilidade por Racismo, Gênero e Capacitismo: Reflexões Sobre Estratégias para Promoção da Saúde Mental em Adolescentes

Vulnerability due to Racism, Gender and Ableism: Reflections On Strategies to Promote Mental Health in Adolescents

Vulnerabilidad por Racismo, Género y Capacitismo: Reflexiones Sobre Estrategias para Promover la Salud Mental en Adolescentes

Luciana Silverio Alleluia Higino da Silva<sup>1</sup>, Janaina Oliveira da Silva<sup>2</sup>, Thiago Nogueira Silva<sup>3</sup>, Erika Maria de Lima Almeida<sup>4</sup>, Marcel Pereira Pordeus<sup>5</sup>

**Como citar esse artigo.** Silva, LSAH. Silva, JO. Silva, TN. Almeida, ML. Pordeus, MP. Vulnerabilidade por Racismo, Gênero e Capacitismo: Reflexões Sobre Estratégias para Promoção da Saúde Mental em Adolescentes. Rev Pró-UniverSUS. 2025; 16(3) Especial:73-81.



## Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar estratégias que podem ser aplicadas para promover a saúde mental de adolescentes em vulnerabilidade por racismo, gênero e capacitismo. Desse fato, esse estudo se trata de uma reflexão teórica que foi construída a partir do pensamento crítico reflexivo de seus autores, apoiado nas ideias e falas de estudiosos catedráticos no assunto, obtidos por meio de pesquisa bibliográfica acadêmica. Com efeito, as informações contidas nos artigos acadêmicos, livros e legislação foram sintetizados e dispostos em tópicos para uma melhor exposição das informações. Nesse sentido, um número considerável de estratégias pode ser utilizado na promoção da saúde mental dos adolescentes. Em conclusão, a identificação das potencialidades das estratégias aplicadas para a promoção da saúde mental em adolescentes e jovens reforça a necessidade do investimento em ações de combate e prevenção a vulnerabilidades decorrentes do racismo, gênero e capacitismo.

**Palavras-chave:** Adolescente; Vulnerabilidade em Saúde; Saúde Mental.

## Abstract

The aim of this paper is to analyze strategies that can be applied to promote the mental health of adolescents who are vulnerable due to racism, gender and ableism. As such, this study is a theoretical reflection that has been built on the critical reflective thinking of its authors, supported by the ideas and speeches of scholars on the subject, obtained through academic bibliographical research. In effect, the information contained in academic articles, books and legislation was synthesized and arranged into topics for a better exposition of the information. In this sense, a considerable number of strategies can be used to promote the mental health of adolescents. In conclusion, the identification of the potential of the strategies applied to promote mental health in adolescents and young people reinforces the need to invest in actions to combat and prevent vulnerabilities arising from racism, gender and ableism.

**Key words:** Adolescent; Health Vulnerability; Mental Health.

## Resumen

El objetivo de este artículo es analizar las estrategias que pueden aplicarse para promover la salud mental de los adolescentes vulnerables debido al racismo, el género y el capacitismo. Como tal, este estudio es una reflexión teórica que se ha construido a partir del pensamiento crítico reflexivo de sus autores, apoyado en las ideas y discursos de estudiosos del tema, obtenidos a través de la investigación bibliográfica académica. En efecto, la información contenida en artículos académicos, libros y legislación fue sintetizada y ordenada en temas para una mejor presentación de la información. En este sentido, se puede utilizar un número considerable de estrategias para promover la salud mental de los adolescentes. En conclusión, la identificación del potencial de las estrategias aplicadas para promover la salud mental en adolescentes y jóvenes refuerza la necesidad de invertir en acciones para combatir y prevenir las vulnerabilidades derivadas del racismo, el género y el capacitismo.

**Palabras clave:** Adolescentes; Vulnerabilidad Sanitaria; Salud Mental.

### Afiliação dos autores:

<sup>1</sup>Doutora, Membro da Coordenação de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (CAAPS), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Eusébio, CE, Brasil. E-mail: luciana.silverio@fiocruz.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2786-5680>.

<sup>2</sup>Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará (PPGS/UECE). Apoiadora de Atividades na Área de Desenvolvimento Institucional, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Eusébio, CE, Brasil. E-mail: janaina.oliveira@fiocruz.br / ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2996-8444>

<sup>3</sup>Doutor, Docente do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Faculdade de Ensino Superior de Feira de Santana (FAESF/UNEF), Feira de Santana, BA, Brasil. E-mail: tns.thiago@hotmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8666-8698>

<sup>4</sup>Discente do Mestrado em Saúde Pública (MSP), Instituto Ideia / Universidade Columbia Del Paraguay, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: emla1710@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6202-8238>

<sup>5</sup>Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: marcel.pordeus@aluno.uece.br / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4317-0619>.

E-mail de correspondência: tns.thiago@hotmail.com

Recebido em: 19/08/25 Aceito em: 22/08/25

## Introdução

A adolescência é passível de ser um dos períodos mais complexos pelos quais o ser humano tenha que passar<sup>1</sup>, onde os adolescentes representam cerca de 24% dos habitantes do globo terrestre, e responde por aproximadamente 1,8 bilhão de pessoas que estão na faixa etária entre os 10 e os 19 anos, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>2,3</sup>.

Na adolescência, algumas pessoas tendem a apresentar patologias físicas e psicoemocionais devido a necessidade das novas adaptações. Nesse período surgem interrogações e frustrações que podem afetar o desenvolvimento em distintas áreas, como por exemplo, no campo familiar e afetivo<sup>2,3,4</sup>. Com isso, em contextos socioculturais diversos e à exposição a situações adversas, os adolescentes tendem a estar mais expostos a vulnerabilidades decorrentes do racismo, além de desigualdades de gênero e capacitismo<sup>5</sup>.

Nessa perspectiva, torna-se necessário compreender o racismo a partir da relação discriminatória entre pessoas de etnias e raças diferentes<sup>6</sup>. Nisso, o preconceito contra a diversidade sexual e de gênero é definido como o conjunto de crenças e atitudes pelas quais os indivíduos passam a reproduzir modelos considerados ideais de sexualidade<sup>7</sup>.

Nesse contexto, o conceito de capacitismo também é debatido por muitos autores, que convergem no mesmo passando pelo afastamento da capacidade, considerando a existência de uma rede de crenças, processos e práticas produtoras de um padrão corporal tido como perfeito, enquanto a deficiência é colocada como um estado diminuído do ser humano<sup>8</sup>. Tal conceito pode ainda ser complementado através da compreensão do capacitismo como eixo de discriminação, na intersecção com demais sistemas opressivos como o sexismo e o racismo, tendendo a ser elemento potencializador do processo de exclusão social, no qual outros grupos, dentre esses, pessoas negras, mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, indígenas, idosas, e com deficiências são enxergadas materialmente e ontologicamente inadequadas e deficientes a um determinado ideal social<sup>9</sup>.

Portanto, pode-se vislumbrar ainda uma necessidade de ações de promoção da saúde mental com o intuito de atender às necessidades apresentadas por adolescentes que estão em vulnerabilidade, em razão dessas determinações sociais, necessidade esta sinalizada por estudos descritos na literatura<sup>10,11,12</sup>. De supracitadas questões, este estudo objetiva analisar estratégias que podem ser aplicadas para promover a saúde mental de adolescentes em vulnerabilidade por racismo, gênero e capacitismo.

## Metodologia

Trata-se de um artigo de reflexão teórica que pode ser definido como a formulação aprofundada de um discurso centrado em um conceito ou construto teórico em um campo afim, ou ainda discussões, analogias, apresentações e análise de vários pontos de vista teóricos e/ou práticos sobre um determinado tema<sup>13,14</sup>.

Dessa forma, artigos teórico-reflexivos e ensaios se caracterizam pela sua natureza interpretativa, por conta disso, não requerem um sistema ou modelo específico, pois seu princípio está nas reflexões em relação às temáticas abordadas, sistemas ou modelos. Nisso, permite a busca por novos enfoques e interação permanente com ideias fundamentadas em pesquisas científicas ou argumentos de autores catedráticos<sup>15</sup>. Nesse contexto, este artigo de reflexão teórica<sup>13</sup> foi construído a partir do pensamento crítico reflexivo de cada um de seus autores, apoiado nas ideias e falas de estudiosos especialistas no assunto obtidos por meio de pesquisa bibliográfica acadêmica<sup>14</sup>.

No processo de busca e seleção dos descritores: raça, gênero e capacitismo, utilizou-se bibliografia composta por artigos acadêmicos, livros e legislação contidos nas bases de dados: National Library of Medicine (MEDLINE) via Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BVS/BIREME); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico (Plataforma que contém uma variedade de fontes, como: artigos, livros e legislação). Optou-se por essas fontes de evidências pela notoriedade e confiança que as mesmas inspiram na comunidade científica nacional e internacional na área da saúde.

A tessitura da reflexão deu-se a partir da seguinte questão: quais análises podem ser realizadas para promoção da saúde mental de adolescentes em vulnerabilidade pelo racismo, condição de gênero e capacitismo?

Como critérios de inclusão dos trabalhos acadêmicos, foram incluídas pesquisas científicas que guardassem relação com a questão norteadora, e que estivessem disponíveis por entrada nas bases de dados escritos nos idiomas português, inglês e espanhol, publicados entre janeiro de 2000 e junho de 2025. Foram excluídas dissertações, teses, matérias de jornais e demais artigos que não atendessem ao tema da pesquisa, além de fichamentos, resumos e ensaios incompletos, e que tivessem diferentes dos idiomas selecionados.

## Resultados e Discussão

A análise dos dados desta reflexão teórica foi elaborada de forma descritiva. Com isso, para uma melhor organização dos dados obtidos, os resultados foram divididos em tópicos específicos, com agrupamento dos mesmos conforme os descritores selecionados, com o intuito de tematizar as discussões, como segue:

### Estratégias para promoção da saúde mental de adolescentes em vulnerabilidade pelo Racismo

Questões relacionadas à promoção da saúde mental precisam ser levadas em pauta, para que adolescentes em vulnerabilidade pelo racismo tenham acesso a melhor qualidade de vida. Nesse sentido, intervenções de saúde mental em larga escala baseada na escola se tornam cada vez mais viáveis, haja vista que a identificação das identidades raciais e étnicas tendem a estar associadas a experiências sociopolíticas compartilhadas como discriminação e marginalização<sup>16</sup>. Essas experiências sociopolíticas compartilhadas como discriminação e marginalização podem levar a consequências que podem interferir na saúde mental. Um exemplo de experiência sociopolítica que mostra interveniência com a saúde mental entre adolescentes e jovens, e está relacionada a discriminação – que teve grande repercussão – trata-se do movimento que começou em 2013 com o uso da hashtag #BlackLivesMatter em mídias sociais, após a absolvição de George Zimmerman na morte a tiros do adolescente afro-americano Trayvon Martin<sup>17</sup>. Com isso, o #BlackLivesMatter pôde por meio das mídias sociais se transformar em um movimento de proporção internacionalmente divulgada.

Ao refletir sobre a temática abordada no parágrafo anterior, se percebe a sublevação de jovens influencers, artistas, filósofos, professores e outros que usam as mídias digitais como plataforma de luta por direitos humanos, cidadania, disseminação de pautas sociais e denúncia de qualquer tipo de discriminação e/ou preconceito, seja racial, por gênero, sexual e xenofóbico<sup>18</sup>.

De acordo com estatísticas federais dos Estados Unidos, desse mesmo período – entre os anos de 2010 e 2012 – jovens negros tinham uma possibilidade vinte e uma vezes maiores de serem mortos pela polícia em comparação aos brancos, onde se pode inferir que as disparidades raciais sub-registradas e subanalisadas entre mulheres vítimas de força policial letal podem ser ainda maiores em que pessoas negras têm um potencial cinco vezes maior de serem encarceradas do que as pessoas brancas<sup>19</sup>.

Nisso, dados estatísticos como estes relacionados à violência, discriminação e ao preconceito, também servem para ilustrarmos a experiência sociopolítica que pode se relacionar direta ou indiretamente com questões que envolvem a saúde mental entre adolescentes e jovens. Consoante Pordeus em 2021 relatou o seguinte<sup>18</sup>: “Os jovens negros são discriminados pelo sistema, e, quando mencionamos o termo “sistema”, estamos incluindo a história da discriminação sistemática nas áreas da educação, saúde, emprego e expressão cultural”.

Experiências de jovens estudantes latinos de escolas de Ensino Médio, foram ainda analisadas em uma pesquisa em que uma maior disposição para buscar ajuda foi associada a menos sintomas de depressão e suicídio entre esses adolescentes de origem latina<sup>20</sup>. Nesse sentido, percebemos situações em que jovens estudantes buscam ajuda, atenção e apoio para suporte à saúde mental.

A educação concedida nas escolas é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetados neles pela cultura racista, na qual foram socializados<sup>21</sup>.

Dessa maneira, para Pordeus (2021)<sup>18</sup> o Brasil que praticou o Darwinismo social, no qual consistia na crença de que os negros eram uma raça inferior – cientistas da época até estudavam os negros, acreditando que eles eram simplesmente animais – olhavam estes negros em jaulas pelados e estudavam seus costumes e suas práticas sexuais para conseguir analisar uma real diferença entre os negros e brancos. Sendo assim, as teorias científicas tinham como objetivo encontrar razões para que os negros fossem explorados e humilhados, a fim de justificar que por serem menos evoluídos mereciam servir a raça branca, por isso o termo “primitivos” ser normalmente associado aos negros e suas civilizações.

Por conta disso, espaços de aprendizado têm um papel importante a cumprir, no que se refere à promoção da saúde mental de jovens. Dessa maneira, pode-se inferir que adolescentes ou jovens em vulnerabilidade, que buscam ajuda no ambiente escolar, tendem a obter auxílio para lidar com questões relacionadas à depressão e ao suicídio. Nessa vertente, chamamos atenção para o estudo da necessidade de aperfeiçoamento em criar autovisões positivas, construção da resiliência, compartilhamento de recursos para atendimento das necessidades básicas, além de apoiar a formação de relacionamentos positivos para, ao fazermos isso, valorizarmos todas as identidades e, por conseguinte, minimizar o atendimento desigual de saúde mental e disparidades entre jovens de minorias étnicas e raciais<sup>22</sup>. Nessa direção, observa-se que o aperfeiçoamento nas áreas anteriormente citadas pode minimizar desigualdades na atenção dada a jovens de

minorias raciais e étnicas, melhorando o atendimento às necessidades básicas de saúde mental.

As necessidades supracitadas podem ser comprovadas se observarmos que mais de 83% das pessoas que estão internadas em manicômio judicial no Estado do Rio de Janeiro são negras, mais de 76% da população carcerária no Estado do Rio de Janeiro é negra, 99% das pessoas que foram submetidas a violências letais dentro de instituições de internação são negras, sejam elas carcerárias, manicômiais, instituições de “acolhimento” para crianças e adolescentes em situação de risco<sup>23</sup>. Nisso, evidencia-se a significativa existência de disparidade entre jovens de minorias raciais e étnicas em relação à valorização de suas identidades, especialmente no que se refere ao atendimento desigual de suas necessidades inerentes à saúde mental.

Ao serem examinadas as ligações entre a identidade étnica, religiosidade e uso de substâncias no início da adolescência, torna-se possível o entendimento de que o uso de substâncias que causam dependência entre os adolescentes é passível de guardar algum tipo de ligação com as taxas de sofrimento mental<sup>24</sup>.

O uso de substâncias que causam dependência e drogas vem sendo associado a grupos sociais marginalizados, como jovens em conflito com a lei, crianças ou adolescentes em situação de rua, delinquentes etc. Algumas vezes se atribui ao abuso de drogas o esgarçamento dos laços sociais, à perda das relações familiares ou o motor de atos de violência e delinquência<sup>25</sup>. Nisso, ao se considerar jovens em situação de risco social, observa-se que as condições de vulnerabilidade social podem gerar situações de exclusão e violência, e estas favorecem o uso de substâncias que causam dependência em drogas.

Dados como os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, chamam atenção ao explicar a compreensão de que situações de exclusão e violência tendem a favorecer o uso de drogas, pois segundo esse órgão, a taxa de homicídio entre jovens (de 15 a 29 anos) é de 98,5% para negros e negras, sendo 185,0 em homens e 10,1 em mulheres, dessa forma, a juventude negra está aparecendo como alvo específico da violência<sup>26</sup>.

Com isso, nas assertivas de Pordeus (2021), a violência policial, que gera a morte e prisão indevida de pessoas negras, que são considerados suspeitos somente por conta da cor de sua pele, denota o quadro geral da violência no Brasil, posto que tais fatalidades tem despertado uma indignação daqueles que estão conscientes do grau de injustiça social<sup>18</sup>.

Já com relação ao suicídio, a taxa de mortalidade que aparece entre os jovens negros aumentou em 12%, passando de 4,88 por 100.000 para 5,88, todavia, esse aumento foi muito menor entre os jovens brancos. Já em relação ao risco de suicídio na faixa etária de 10 a 29 anos, é 45% maior entre jovens negros

(Brasil, 2018). Retrocitados indicadores corroboram para o entendimento de que no Brasil o racismo e as desigualdades sociais caminham lado a lado, por esse motivo o assassinato de jovens pobres e negros se tornou a norma vigente.

Essa situação que se tornou ainda mais alarmante, ao contemplarmos a chamada “guerra antidrogas”, na qual a estratégia principal está alicerçada em prender ou matar traficantes, sem se chegar às altas instâncias que na realidade são as que organizam e lucram verdadeiramente com o tráfico<sup>27</sup>. Essa é uma política pública sustentada e denunciada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, que a denominou de necropolítica, ou seja, a política da morte, ou a política de extermínio<sup>28</sup>. Por conta disso, pode-se inferir que os negros, especialmente os homens e as mulheres, jovens negros e negras, são os que preenchem o perfil estatístico mais frequente de homicídios no Brasil, pois se trata da parcela da população com maior vulnerabilidade à violência do que jovens não negros que vive uma situação menos adversa em relação ao direito à vida.

O racismo estrutural e interpessoal pode ainda gerar barreiras no acesso à saúde, alimentação, instalações para atividades físicas e transporte e, nesse sentido, a implementação de programas que abordem o racismo estrutural e interpessoal podem constituir em melhorias equitativas<sup>29</sup>. Tais melhorias equitativas podem contribuir, especialmente na saúde mental da população jovem.

Nessa vertente, o acesso a direitos, como a saúde, também é impactado pelo racismo institucional, no qual foi revelado em pesquisas sobre discriminação na saúde, que a percepção de racismo desregula os níveis de depressão e ansiedade, autoestima, além de estimular atos de delinquência entre jovens negros<sup>30</sup>. Por conta disso, o racismo, especialmente o racismo institucional, deve ser combatido com maior veemência, para que jovens, com destaque para os negros tenham o acesso a seus direitos preservado.

Nessa vertente, os aspectos referentes a promoção da saúde mental ganham cada vez mais relevância no que concerne a adolescentes em vulnerabilidade pelo racismo.

## **Estratégias para Promoção da Saúde Mental de Adolescentes em Vulnerabilidade pela Condição de Gênero**

Ao abordarmos o público adolescente em vulnerabilidade pela condição de gênero, as questões relacionadas à promoção da saúde mental, precisam ser levantadas e debatidas. Para ilustrarmos, pode-se citar um estudo realizado com jovens e adultos, em que se

constou que aquelas pessoas que são autoidentificadas como minorias sexuais relataram maior índice de depressão e ansiedade do que participantes heterossexuais. Nesse mesmo estudo foi evidenciado que as pessoas atraídas pelo mesmo gênero exibiram maior depressão e ansiedade, em que os casos nos quais ocorreu maior suporte social da rede de apoio, obtiveram menor depressão e ansiedade a esse público<sup>31</sup>. Por esse motivo, deve-se cada vez mais dar amplitude às ações de divulgação da importância do suporte social da rede de apoio, para que jovens e adultos autoidentificados como minorias sexuais apresentem menores índices de depressão e ansiedade.

Nessa perspectiva, vislumbramos as lutas por conquistas e transformações sociais no que tange à afirmação de direitos que se intensificam na direção das questões de gênero e diversidade, em destaque no campo da sexualidade<sup>32</sup>. Sobretudo, no contexto jovens e adolescentes que vivenciam, de modo significativo, processos de construção identitária.

Nesse viés, o desenvolvimento psicossocial dos jovens e adolescentes pode ficar comprometido, uma vez que em ambientes como o familiar e o escolar, com práticas “rígidas”, tende a inibir processos de formações subjetivas das pessoas, já que “a violência é cultivada como valor masculino, muitas mulheres acabam submetidas a situações de sofrimento físico ou psíquico em razão da violência de seus companheiros, irmãos, pais, namorados, empregadores ou desconhecidos”<sup>33</sup>. Dessa forma, famílias e escolas podem auxiliar os jovens e adolescentes no suporte com informações e ações educativas sobre sexualidades. Isso contribui ao permitir uma maior proximidade com experiências voltadas para oportunizar espaços abertos à diversidade para potencializar a superação das limitações que sejam motivos de opressão das possibilidades de escolhas individuais, ao invés de manter concepções estereotipadas.

Com isso, se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação<sup>33</sup>.

Em uma outra pesquisa foi possível identificar que jovens transgêneros sofreram mais experiências de bullying e relataram piores condições de saúde mental que jovens cisgênero, enquanto os jovens transmasculinos tiveram mais sintomas de saúde mental bem como os jovens transfemininos enfrentaram mais bullying<sup>34</sup>. Nesse sentido, a identificação de casos de bullying entre jovens transgêneros, se torna cada vez mais essencial. Com efeito, há muita contraversão nesses casos, em que existe uma culpabilização para a

vítima, pelo simples fato de existir.

Os problemas de saúde mental relacionados a experiências de bullying tendem a aparecer em diferentes grupos de identidade de gênero, além disso, podem ocorrer em diversos ambientes. Contudo, para bem longe das crenças e dos valores privados, pode ser citado um problema concreto: no ambiente escolar, essas formas de discriminação e desvalorização geram sofrimentos e afetam a integridade física e psíquica de crianças e adolescentes, que por essa razão acabam por afastar-se da escola<sup>35</sup>.

Uma outra pesquisa realizada com adolescentes heterossexuais e LGBTQIAPN+ identificou que o bullying tradicional, a vitimização por cyberbullying e a orientação sexual LGBTQIAPN+ foram associados a maior risco de suicídio e outros problemas de saúde mental como sintomas depressivos, ansiedade, estresse e tentativas de suicídio<sup>36</sup>. Nisso, a sociedade deve estar cada vez mais preocupada com tal fenômeno, devido ao fato de as experiências de bullying estarem ocorrendo nos mais variados ambientes com os diversos grupos de identidade de gênero.

Nas assertivas de Pordeus, Mesquita e Pordeus (2022, p. 7)<sup>37</sup>: “Características subjetivas podem contribuir para que a pessoa permaneça sob os ataques do bullying. Assim, um adolescente que internaliza os sentimentos gerados pelas agressões sofridas e não consegue criar estratégias de enfrentamento, acaba levando as consequências para a vida adulta.”. Nessa perspectiva, os profissionais que atuam trabalhando em locais que lidam diretamente com membros das comunidades, devem possuir um olhar diferenciado para essa juventude de diferentes grupos de identidade de gênero, que muitas vezes fica colocada no lugar de bullying, de humilhação, de ofensa, e precisam saber manejar essas situações<sup>37,38</sup>.

No âmbito educacional, de acordo com a Pesquisa Nacional sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024), numa amostra realizada com 1.349 participantes – realizado entre agosto de 2024 e janeiro de 2025 – constatou por meio de um questionário virtual que o ambiente educacional, que deveria ser um espaço seguro e acolhedor, acaba se tornando um lugar hostil, agravando o sofrimento dessas pessoas, contribuindo para o adoecimento delas e até mesmo para que desistam de suas trajetórias educacionais. A resistência ao uso do nome social de pessoas trans, a falta de suporte diante de episódios de LGBTIfobia, o racismo estrutural e o capacitismo, entre tantos outros problemas, impactam diretamente a trajetória educacional dos(as) estudantes LGBTI+<sup>39</sup>.

Ademais, observa-se a necessidade do emprego de esforços voltados a ações para a conscientização de familiares, além de reforçar a formação dos profissionais que atendem crianças, adolescentes e jovens, oportunizando a preparação de uma equipe

multiprofissional em saúde, que possa fornecer suporte a grupos minoritários que sofrem e são discriminados por sua identidade de gênero.

Uma pesquisa realizada, que teve abordagem centrada na juventude com pessoas que se identificavam como LGBTQIAPN+, trabalhou conceitos de intervenção visando a vitimização por violência no namoro, em que os jovens LGBTQIAPN+ falaram principalmente sobre objetivos e processo para cada um, e suas intervenções se concentraram em estratégias para aprimorar a educação, sistemas de apoio e advocacia (Coulter; Gartner, 2023). Nisso, embora tenha havido avanços recentes na inclusão das demandas da população LGBTQIAPN+ junto ao Estado, no sentido da construção de políticas públicas de combate à homofobia e a outras formas de violência, os resultados têm sido pouco efetivos.

Em pesquisa realizada por Pordeus e Viana (2021) foi constatado que as mortes por motivação de gênero refletem a desmoralização dos direitos humanos nutrida pelo preconceito: a comunidade LGBTQIA+ se vê atacada diariamente. A situação é extremamente preocupante, posto que essa comunidade ainda não é assistida com eficácia pelas autoridades públicas. O índice de homicídios de homossexuais de ambos os sexos é alarmante, no entanto, é considerado pequeno quando levamos em conta o número de pessoas molestadas física e verbalmente, pois 73% da comunidade LGBTQIA+ já sofreu algum tipo de preconceito. De acordo com a ONG Transgender Europe (2020), o Brasil se encontra no topo do ranking mundial de assassinatos violentos de transexuais<sup>40</sup>.

Nessa direção, demandas referentes à identidade civil e à conjugalidade, bem como os debates relativos à criminalização da homofobia, tem entrado nas pautas em esferas legislativas. Entretanto, grupos e indivíduos de alas conservadoras da sociedade, com destaque para segmentos religiosos, passam a atuar politicamente orientados por uma percepção de que “[...] a multiplicação dos direitos dos homossexuais e a visibilidade e a aceitação desta parcela da população” poderia se tornar uma ameaça à ordem social e a seus valores<sup>41</sup>.

Por isso, as lutas dos segmentos LGBTQIAPN+ contra a violência e a estigmatização e em defesa por direitos têm confrontado normas excludentes e culminado em debates. Nessa vertente, cabe destacar que as lutas pautadas na agenda dos feminismos latino-americanos foi se transformando ao longo dos anos em pautas, como a do “empoderamento das mulheres”<sup>42</sup>. Isso ocorreu no contexto de maior agrupamento das pautas de gênero internacionalmente, como a própria Organização das Nações Unidas (ONU), enquanto no âmbito nacional se dava a “onguização” dos movimentos, que permitia a captação de recursos nesse novo ambiente. Surgiram, dessa forma, ONGs com

atuação significativa na promoção da agenda feminista e LGBTQIAPN+, no âmbito jurídico e legislativo, sobretudo em três frentes: direitos reprodutivos, direitos sexuais e violência<sup>35</sup>. Lutas como essas permitem uma nova organização pública das identidades e das dificuldades enfrentadas pelas pessoas nos ambientes heteronormativos.

Ao refletirmos sobre os aspectos acima referidos, torna-se possível entender que a promoção da saúde mental de adolescentes em vulnerabilidade pela condição de gênero é de grande importância numa agenda social e de políticas públicas.

## **Estratégias para promoção da saúde mental de adolescentes em vulnerabilidade pelo Capacitismo**

O uso de promoção da saúde mental para que adolescentes em vulnerabilidade pelo capacitismo tenham acesso a melhor qualidade de vida, tem se tornado cada vez mais utilizada. Ao procurarmos elucidação, uma pesquisa identificou temas principais a partir dos dados, para auxiliar a acessibilidade, bem como o estabelecimento de parcerias entre diferentes setores da sociedade, e, para tais premissas, necessita-se de flexibilidade para a promoção de saúde mental de jovens e adolescentes<sup>43</sup>. Dessa forma, para que jovens e adolescentes possam ser alcançados por ações voltadas à acessibilidade para promoção de sua saúde mental, essas atividades necessitam de flexibilidade, bem como o estabelecimento de parcerias entre diferentes setores da sociedade.

Nessa vertente, com o intuito de impulsionar a inclusão social e educacional, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência física ou mental, ou com mobilidade reduzida. Nesse contexto, o Programa Brasil Acessível, do Ministério das Cidades, foi desenvolvido com o objetivo de promover a acessibilidade urbana e apoiar ações que garantam o acesso universal aos espaços públicos<sup>44</sup>. Nisso, o relatório mundial de deficiências, da ONU em 2011, estabelece ainda que os Estados-partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino<sup>45</sup>. Por causa disso, uma rede de interesses intersetoriais pode ser um pré-requisito para o desenvolvimento de políticas inclusivas para crianças e adolescentes com necessidades relacionadas à sua saúde mental.

Nessa direção, para que seja possível a implementação de políticas de saúde e educação inclusivas para pessoas com deficiência, deve-se garantir antes que sejam estabelecidas interdisciplinares

que lancem mão de estratégias que visem abordar a diversidade social e as necessidades educacionais únicas, particularmente aquelas relacionadas à promoção da saúde mental entre crianças e adolescentes<sup>46</sup>.

Em uma investigação que analisou várias perspectivas em escolas que atendem minorias urbanas embasadas em intervenções breves para promoção de ações voltadas à saúde mental dos jovens<sup>47</sup>, constatou que as intervenções, para que estas sejam bem-sucedidas, devem ser ajustadas aos diversos níveis de suporte à saúde mental que já estão em vigor nos protocolos existentes.

Ao considerar a pessoa com deficiência mental como sujeito, existem diversas ocasiões em que se encontra a deficiência mental associada a um quadro de neurose ou psicose, ou autismo, ou ainda com particularidades inerentes ao ambiente cultural (diferenças de hábitos, diferenças linguísticas etc.). Nas asserções de Pordeus (2024)<sup>48</sup>: “A falta de conhecimento sobre as características do TEA e suas implicações para a aprendizagem dificulta a criação de um ambiente educacional que favoreça a inclusão e a aprendizagem significativa.”

Nessa perspectiva, para diferenciar aspectos cotidianos daquilo que pode ser considerado como deficiência, deve-se lembrar que a criança ou adolescente com dificuldade em seu dia a dia não necessariamente tem uma deficiência mental, sensorial, motora e nem deficiência emocional. Por isso, torna-se importante distinguir essas duas questões a partir de um diagnóstico multidisciplinar, que inclui o relatório pedagógico das dificuldades circunstanciais de aprendizagem, bem como a avaliação de outros profissionais da área clínica<sup>49</sup>. Com isso, com vistas à inclusão e acessibilidade nos diversos ambientes, como por exemplo, na escola às vezes é comum confundirmos uma criança ou adolescente que está apresentando dificuldades parciais de aprendizagem com a deficiência mental.

Foi identificado em outro estudo que os prestadores de serviços compreendem a transição de crianças para jovens como um momento difícil para famílias e cuidadores. Além disso, também foram encontradas lacunas ao abordar os temas na prestação de cuidados e desafios em relação à promoção da saúde mental dos jovens<sup>50</sup>. Dessa maneira, pode-se compreender que, mesmo que entendendo que a transição de crianças para jovens é um momento difícil para famílias e cuidadores, estratégias de melhoria da comunicação podem ser adotadas em relação à promoção da saúde mental dos jovens.

Nesse viés, torna-se identificável ainda a existência de demandas relacionadas ao desenvolvimento emocional e à saúde mental infanto-juvenil. Para suprir essas demandas, torna-se relevante, no âmbito das políticas públicas, a realização de ações intersetoriais

no campo da saúde mental infanto-juvenil<sup>51</sup>. Tais ações devem estar alicerçadas na garantia de um cuidado integral e efetivo, potencializando e responsabilizando todos os atores envolvidos nesse processo.

Como exemplo de política inclusiva intersetorial que pode ser mencionada como avanço significativo – no âmbito da saúde mental infanto-juvenil – temos a Lei federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)<sup>52</sup>. Todavia, cabe salientar que ainda se faz necessário outras políticas públicas afirmativas e inclusivas, cuja elaboração, implementação e viabilidade carecem de práticas desenvolvidas a partir da perspectiva intercultural como meio para favorecer e materializar processos inclusivos<sup>53</sup>. Dessa forma, esses processos inclusivos podem contar com a constante troca de experiências dialógicas que terão a potencialidade de conduzir para o sentimento solidário da percepção do outro como parte essencial, integrante e indissociável de um projeto social mais justo e fraterno.

A partir das análises acima realizadas é possível inferir que adolescentes em vulnerabilidade pelo capacitismo precisam de mais ações que levem em consideração a promoção da sua saúde mental. Para tanto, o Estado, assim como a sociedade tem a prerrogativa de tomar iniciativa para evitar e até cuidar de pessoas que sofrem todo tipo de supressão, seja este por raça, gênero e/ou deficiências diversas.

## Conclusão

Um número considerável de estratégias pode ser aplicado para a promoção da saúde mental de adolescentes em vulnerabilidade pelo racismo, condição de gênero e capacitismo. Para que isso ocorra, é evidenciada a necessidade da compreensão da importância na implementação e avaliação de programas que atuem no acolhimento a adolescentes e jovens que fazem parte de minorias de diferentes grupos de identidade de gênero e étnica, que sofrem danos físicos e emocionais ocasionados pelo bullying e problemas de saúde mental diversos. Nesse cenário, temos a comunidade LGBTQIAPN+, que cotidianamente vivencia experiências de violência, bullying, uso de substâncias, ideação suicida, e tentativa de suicídio.

O sucesso da aplicação de estratégias que deem suporte e acolhimento pode ser fomentado pelo Estado, por ONGs e iniciativas privadas, caso sejam adicionados alguns componentes, tais como: suporte inclusivo à adolescentes, familiares e cuidadores, foco em questões sociais; programas de suporte para redução do uso de substâncias; ações de cuidado e suporte à saúde mental de jovens que se identificam como minorias sexuais ou que relatam atração pelo mesmo sexo; medidas

de diminuição do bullying para melhorar o bem-estar dos jovens transgêneros e transmasculinos; programas para prevenção de bullying com fatores de proteção culturalmente específicos para promover busca de ajuda entre jovens latinos e auxílio a populações de minorias raciais e étnicas que correm um alto risco de ideação suicida; e maior apoio à autonomia dos pais para diminuir sintomas depressivos, ansiedade e diminuição de tentativas de suicídio.

Assim, torna-se possível identificar as potencialidades das ações e estratégias empreendidas, o que tende a reforçar a necessidade do incremento no investimento em espaços, materiais e formação de profissionais para a promoção da saúde mental dos adolescentes em vulnerabilidade pelo racismo, condição de gênero e capacitismo.

## Fomento

Este trabalho é fruto de uma pesquisa interinstitucional e recebeu apoio da Fundação Oswaldo Cruz/Vice-Presidência de Pesquisa e Coleções Biológicas/Programa de Políticas Públicas e Modelos de Atenção e Gestão à Saúde - Fiocruz/VPPCB/PMA.

## Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

## Referências

- Schoen-Ferreira TH, Aznar-Farias M, Silvares EF de M. Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. 2010 Jun;26(2):227–34. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200004>
- World Health Organization - WHO. Mental health action plan 2013 – 2020, 2013. Available from: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241506021>.
- World Health Organization - WHO. Adolescent mental health: Fact sheets, 2018. Available from: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/adolescent-mental-health>.
- Lindow JC, Hughes JL, South C, Abu Minhajuddin, Gutierrez L, Bannister E, et al. The Youth Aware of Mental Health Intervention: Impact on Help Seeking, Mental Health Knowledge, and Stigma in U.S. Adolescents. *Journal of Adolescent Health* [Internet]. 2020 Feb 27 [cited 2025 Aug 15];67(1):101–7. Available from: [https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(20\)30033-1/fulltext](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(20)30033-1/fulltext)
- Silva LSAH, Ferreira MM, Tavares CM de M, Silva TN, Paiva LM. A Saúde Mental de Crianças e Adolescentes Negros: Relatos de Uma Oficina Afirmativa. *Anais do 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva* [Internet]. 2022 Mar 27 [citado 15 de agosto de 2025];2(2022)–159852. Disponível em: <https://proceedings.science/abrascao-2022/trabalhos/a-saude-mental-de-criancas-e-adolescentes-negros-relatos-de-uma-oficina-afirmativa?lang=pt-br>
- Silva LSAH, Tavares CMM, Paiva LM de, Silva TN. A Cor do Preconceito ou Preconceito de Cor? revisando racismo e cuidado decolonial na enfermagem. *Rev Políticas Públicas* [Internet]. 2024;28(1):33–51. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v28n1.2024.2>
- Gaspinini IB, Falcke D. Relações entre Preconceito e Crenças sobre Diversidade Sexual e de Gênero em Psicólogos/as Brasileiros/as. *Psicologia:*

*Ciência e Profissão* [Internet]. 2018 Oct [cited 2025 Aug 15];38(4):744–57. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001752017>

- Bernardes LCG. O impacto do capacitismo: a discriminação contra pessoas com deficiência que amplia desigualdades. 2024 Brasília, DF: Ipea, [Internet]. [cited 2025 Aug 15]. Available from: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/cfe02099-2155-488d-89f9-00f265fb2fc9/content>
- Foresti T, Presotto GC, Bousfield ABS. O Conceito de Capacitismo em Artigos Nacionais: Um Estudo Teórico. *Rev Psicol Política* [Internet]. 2024;24. Disponível em: <https://submission-pepsic.scielo.br/index.php/rpp/article/view/23909>
- Tavares CM de M, Barros S. Programas de Capacitação em Saúde Mental do Adolescente no Contexto Escolar: Revisão de Literatura. *Revista Pró-UniversUS* [Internet]. 2022 Nov 5 [cited 2025 Aug 16];13(Especial):29–39. <https://doi.org/10.21727/rpu.v13iEspecial.3430>
- Silva TN, Silva LSAH, Rebello MI, Moccellini MC, Tavares M de M, Tavares CM de M. Importância do Conhecimento de Tecnologias Relacionais no Atendimento ao Adolescente na Atenção Primária: Reflexão Teórica. *Revista Pró-UniversUS* [Internet]. 2022 Nov 5 [cited 2025 Aug 16];13(Especial):112–8. <https://doi.org/10.21727/rpu.v13iEspecial.3421>
- Silva TN, Tavares CM, Tavares M de M, Moccellini MC, Silva LSAH. Experiências de promoção da saúde mental do adolescente nas escolas: revisão integrativa. *Revista Interagir* [Internet]. 2025 Jun 20 [cited 2025 Aug 16];128(128):17–9. <https://doi.org/10.12662/1809-5771ri.128.5458.p17-19.2025>
- Silva CM. Manual de orientação para elaboração de artigos científicos / Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad. Rio de Janeiro: COENP, 2014. Ministério da Saúde-MS [Internet]. [cited 2025 Aug 16]. Available from: [https://www.into.saude.gov.br/images/pdf/auditoria/relatorio\\_gestao\\_2012.pdf](https://www.into.saude.gov.br/images/pdf/auditoria/relatorio_gestao_2012.pdf)
- Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas. [Internet];2017. [citado 16 de agosto de 2025]. Available from: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf)
- Meneghetti FK. O que é um ensaio-teórico? *Revista de Administração Contemporânea* [Internet]. 2011 Apr [cited 2025 Aug 16];15(2):320–32. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>
- Chandrasekhar JL, Bowen AE, Heberlein E, Pyle E, Studts CR, Simon SL, et al. Universal, School-Based Mental Health Program Implemented Among Racially and Ethnically Diverse Youth Yields Equitable Outcomes: Building Resilience for Healthy Kids. *Community Mental Health Journal* [Internet]. 2023 Feb 9 [cited 2025 Aug 16];59(6):1109–17. <https://doi.org/10.1007/s10597-023-01090-5>
- Rodrigues V. “Vidas Negras Importam: o que dizemos nós mulheres negras ativistas, intelectuais e artistas.” *Tessituras Revista de Antropologia e Arqueologia* [Internet]. 2021 Jun 29 [cited 2025 Aug 16];9(1):32–45. <https://doi.org/10.15210/tes.v9i1.19496>
- Pordeus MP. Juventudes Negras e sua representação: identidade e luta contra o racismo com o coletivo de comunicação Ceará Crioulo. *Brazilian Journal of Development* [Internet]. 2021 Aug 25 [cited 2025 Aug 16];7(8):84225–35. Available from: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/35015>
- Sutton R. Stamped: Racism, Antiracism, and You. *The Horn Book Magazine* [Internet]. 2020 May [cited 2025 Aug 16];96(3):144–6. Available from: <https://go.gale.com/ps/i.do?id=GALE%7CA627391269&sid=google Scholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=00185078&p=AONE&sw=w&userGroupName=anon%7Ee04f1922&aty=open-web-entry>
- Robinson LE, Espelage DL, Valido A, Ingram KM, El Sheikh AJ, Torgal C, et al. Ethnic Representation and Willingness to Seek Help as Moderators Between Peer Victimization and Mental Health Outcomes among Latinx Adolescents. *School Mental Health* [Internet]. 2021 Feb 18 [cited 2025 Aug 16];13(3):561–77. <https://doi.org/10.1007/s12310-021-09419-9>
- Munanga K. Superando o racismo na escola. Ministry of Education, Brazil. [Internet] 2005; [citado 16 de agosto de 2025]. Available from: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000144796>
- Kaar JL, Bowen AE, Simon SL, Dademathews A, Chandrasekhar

- JL, Musci R, et al. A call to create evidence-based mental health promotion interventions for youth that are equitable across ethnic/racial subgroups: Advocates 4-ALL Youth. *Frontiers in Public Health* [Internet]. 2023 Apr 21 [cited 2025 Aug 16];11. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2023.1139921>
23. Maeso RS. O negro como não ser e a branquitude: em diálogo com a obra de Frantz Fanon e os desafios da luta antirracista. *Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon* [Internet]. 2020 [cited 2025 Aug 16];240–56. Available from: <https://baes.uc.pt/handle/10316/94107>
24. Sanchez D, Vandewater EA, Hamilton ER. Examining marianismo gender role attitudes, ethnic identity, mental health, and substance use in Mexican American early adolescent girls. *J Ethn Subst Abuse* [Internet]. 2019;18(2):319–42. <https://doi.org/10.1080/15332640.2017.1356785>
25. Mateus MD. Políticas de saúde mental: baseado no curso políticas públicas de saúde mental, do CAPS Professor Luiz da Rocha Cerqueira. São Paulo: Instituto de Saúde, 2013. *Bvsalud.org* [Internet]. 2025 [cited 2025 Aug 16];399–9. Available from: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1100448>
26. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. PNAD Contínua [Internet], 2019 [cited 2025 Aug 16]. Available from: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf).
27. Santos YL. *Racismo Brasileiro. Uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia; 2022.
28. Mbembe A. *Necropolítica*. São Paulo; 2018.
29. Kepper M, Stamatakis KA, Mudd N, Deitch A, Terhaar A, Liu J, et al. A Communitywide Collaboration to Increase Enrollment, Retention, and Success in Evidence-Based Lifestyle-Change Programs in Racial and Ethnic Minority Populations. *Preventing Chronic Disease* [Internet]. 2023 Aug 1 [cited 2025 Aug 16];20. <http://dx.doi.org/10.5888/pcd20.220352>
30. Lima MEO. *Psicologia social do preconceito e do racismo*. Editora Blucher. São Paulo; 2020.
31. Waller CR, Méndez AS, Silvers JA. Disparities in Depression and Anxiety That Impact Self-Identified Sexual Minority People Affect a Broader Group of Same-Gender Attracted Young Adults. *Journal of Adolescent Health* [Internet]. 2023 Jul 11 [cited 2025 Aug 18];73(4):739–45. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2023.05.024>
32. Dias CK. O papel da escola no processo de construção de gênero em pessoas trans. Universidade Federal da Bahia – UFBA / Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGPSI. Tese [Internet]. 2016 [cited 2025 Aug 18]. Available from: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/37342>
33. Carrara S, Heilborn ML, Araújo L, Rohden F, Barreto A, Pereira ME. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo Versão 2009 [Internet]. Brasília: SPM. [cited 2025 Aug 18]; Available from: [https://www.e-clam.org/downloads/GDE\\_VOL1versaofinal082009.pdf](https://www.e-clam.org/downloads/GDE_VOL1versaofinal082009.pdf)
34. Sares-Jäske L, Mercedesz Czimbalmos, Satu Majlander, Reetta Siukola, Reija Klemetti, Pauliina Luopa, et al. Gendered Differences in Experiences of Bullying and Mental Health Among Transgender and Cisgender Youth. *Journal of Youth and Adolescence* [Internet]. 2023 May 18 [cited 2025 Aug 18];52(8):1531–48. <https://doi.org/10.1007/s10964-023-01786-7>
35. Birolli F. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo; 2018.
36. DeSmet A, Rodelli M, Walrave M, Portzky G, Dumon E, Soenens B. The Moderating Role of Parenting Dimensions in the Association between Traditional or Cyberbullying Victimization and Mental Health among Adolescents of Different Sexual Orientation. *International Journal of Environmental Research and Public Health* [Internet]. 2021 Mar 11 [cited 2025 Aug 18];18(6):2867. <https://doi.org/10.3390/ijerph18062867>
37. Pordeus MP, Sales M, Vieira L. Virtual bullying: psycho-emotional causes and consequences in adolescent's victims of cyberbullying. *Research Society and Development* [Internet]. 2022 Apr 15 [cited 2025 Aug 18];11(5):e55011528686–e55011528686. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i5.28686>
38. Uziel AP. *Psicologia e diversidade sexual: desafios para uma sociedade de direitos*. Conselho Federal de Psicologia. CFP: Brasília, 2011.
39. Pesquisa Nacional Sobre o Bullying no Ambiente Educacional Brasileiro (2024). Aliança Nacional LGBTI+. [Internet]. 2022 Apr 15 [cited 2025 Aug 18]; Curitiba, PR: IBDEX, 2025. Available from: [https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Relatorio\\_Pesquisa-Nacional-sobre-o-Bullying\\_Alianca-LGBTI-1.pdf](https://aliancagbti.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Relatorio_Pesquisa-Nacional-sobre-o-Bullying_Alianca-LGBTI-1.pdf).
40. Pordeus MP, Viana R de A. Feminismo, Desigualdade de Gênero e LGBTfobia: a interseccionalidade das minorias no Brasil. *Conhecer: debate entre o público e o privado*. 2021 Jan 9;11(26):113–31. <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2021.11.26.4651>
41. Pinheiro LS, de N, Querino AC, Bonetti, Rosa W. Retrato das desigualdades de gênero e raça [Internet]. Ipea.gov.br. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); 2025 [cited 2025 Aug 18]. Available from: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/ec75b290-5603-4ae1-a552-7476c2956cb6>
42. Falquet J, Pérez-Bustos T. Por las buenas o por las malas: las mujeres en la globalización. Bogotá: Facultad de Ciencias Humanas (Universidad Nacional). [Internet]. 2025 [cited 2025 Aug 18]. Available from: <https://repositorio.unal.edu.co/items/16df5bf0-fe1e-49e9-99d2-d035b663866c>
43. Hassan SM, Worsley J, Nolan L, Fearon N, Ring A, Shelton J, et al. An exploration of young people's, parent/carers', and professionals' experiences of a voluntary sector organisation operating a Youth Information, Advice, and Counselling (YIAC) model in a disadvantaged area. *BMC Health Services Research* [Internet]. 2022 Mar 23 [cited 2025 Aug 18];22(1). <https://doi.org/10.1186/s12913-022-07800-1>
44. Ministério da Educação - Brasil. Secretaria de Educação Especial - Decreto no 5.296 de 02 de dezembro de 2004 [Internet]. Presidencia.gov.br. 2018 [cited 2025 Aug 18]. Available from: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5296&ano=2004&ato=e93UTVq5keRpWT529>
45. World Health Organization - WHO. World report on disability [Internet]. 2011 [cited 2025 Aug 18]. Available from: [https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020\\_por.pdf](https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf)
46. Figueira E. *Introdução geral à educação inclusiva*. Clube de Autores, Joinville-SC. 2019.
47. Fisher S, Benner K, Huang H, Day E. Substance Use Screening, Brief Intervention, and Referral to Treatment in Urban Settings: Barriers and Facilitators to Implementation With Minoritized Youth. *Journal of School Health* [Internet]. 2024 Jan 19 [cited 2025 Aug 18];94(4):299–307. <https://doi.org/10.1111/josh.13430>
48. Pordeus MP, Nascimento R, Vieira L, Flávia R, Regina S, Arlene M, et al. Políticas Públicas para Crianças com Transtorno do Espectro Autista em Fortaleza-CE. *Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro* [Internet]. 2025 Apr 30 [cited 2025 Aug 18];8(1):1–16. <https://doi.org/10.61164/rmmn.v8i1.3795>
49. Diniz M. *Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas-Avanços e desafios*. Autêntica, São Paulo-SP. 2017.
50. Son J, Debono D, Leitner R, Rhoshel Lenroot, Johnson J. Pass the parcel: Service provider views on bridging gaps for youth with dual diagnosis of intellectual disability and mental health disorders in regional areas. *Journal of Paediatrics and Child Health* [Internet]. 2018 Oct 11 [cited 2025 Aug 19];55(6):666–72. <https://doi.org/10.1111/jpc.14266>
51. Fernandes ADSA, Cid MFB, Speranza M, Copi CG. A intersectorialidade no campo da saúde mental infantojuvenil: proposta de atuação da terapia ocupacional no contexto escolar. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* [Internet]. 2019 [cited 2025 Aug 19];27(2):454–61. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoRE1660>
52. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Brasil; 2015. [Internet]. Planalto.gov.br. 2015 [cited 2025 Aug 19]. Available from: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm)
53. Lameira L. *Inclusão de pessoas com mobilidade reduzida no contexto transformador da realidade na escola*. Editora Dialética, São Paulo-SP; 2022.